

Cerca de 80% das armas apreendidas pela Polícia são fabricadas no Brasil



“O número de armas que entra pelas fronteiras secas é irrisório

se comparado com o número de armas fabricadas no país, compradas legalmente, que vão para a ilegalidade. As armas curtas respondem por mais de 80% das armas apreendidas. O número de armas militares como fuzis, submetalhadoras e metralhadoras é muito reduzido”. A afirmação é de Antônio Rangel Bandeira, coordenador do Mapa do Tráfico Ilícito de Armas no Brasil e do Ranking dos Estados no Controle de Armas. As pesquisas foram apresentadas nesta segunda-feira (20/12) pelo ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto. As informações são da *Agência Brasil*.

Bandeira conta, ainda, que foram identificados 140 pontos de entrada de armas no Brasil, por fronteiras secas. Os estudos, feitos em parceria com a organização não governamental Viva Rio, apontam que 80% das armas apreendidas no país são de baixo calibre, como revólveres, pistolas e espingardas de caça. Já as ações de apreensão contra o narcotráfico nas comunidades do Rio de Janeiro são fortemente marcadas pelos fuzis, metralhadoras e outros armamentos pesados.

A sociedade civil é a maior detentora das armas de fogo: 87% dos 16 milhões de artefatos existentes se concentram nessa parcela da população. Já, sob a responsabilidade do Estado, figuram 2 milhões de armamentos, ou seja, 13% do total apurado.

Dos 14 milhões de armas que estão nas mãos dos brasileiros, apenas 8,4 milhões são legalizadas. Segundo o coordenador do projeto, para que o controle seja melhor, é preciso que o Estado institua políticas de fiscalização mais rigorosas quanto ao armamento fabricado no Brasil e também em relação aos comerciantes do equipamentos.

Das 288 mil armas apreendidas nos últimos dez anos, constatou-se que 30% foram adquiridas legalmente. “Sem controle do mercado legal, o canal está aberto para que as armas mergulhem na clandestinidade e no crime”, destaca o estudo. Por outro lado, as armas de fabricação estrangeiras apreendidas não chegam a 20% do total. Segundo Bandeira, de cada dez armas ilegais tomadas pela Polícia, oito são fabricadas por indústrias nacionais.

O coordenador do projeto criticou, ainda, a autorização concedida pelo Estado a policiais, bombeiros e



militares que podem adquirir, por ano, três armas a preço de fábrica. “Muitos desses policiais e militares, por ganharem mal ou por outro motivo qualquer, revendem esses armamentos de forma ilegal fazendo disso um comércio”, denunciou. O ministro da Justiça disse que a questão será levada para análise no Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública.

Para Barreto, a saída para minimizar o problema é ampliar a Campanha do Desarmamento e incentivar a população a devolver armas que portem ilegalmente, sem o perigo de serem presas ou responderem a processos criminais por conta disso. Ele disse que analisa a possibilidade de estender a campanha, também, para a devolução de munições.

Date Created

20/12/2010